

VOZES CONFINADAS, SONHOS LIVRES: NARRATIVAS ESCOLARES EM CARTAS DE ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

*Areillen Ronney Rocha Reges**, *Antonio Anderson Brito do Nascimento***,
*Emerson Augusto de Medeiros****

RESUMO

Este artigo analisa as narrativas escritas em cartas por adolescentes em conflito com a lei, condicionados ao cumprimento de medida socioeducativa de internação na conjectura de espaço-tempo da privação de liberdade e da pandemia causada pela covid-19. Alocados na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil, no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), uma das instituições da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) do RN, foi proposto aos socioeducandos a construção de cartas como um dos únicos meios de comunicação permissível para contatar seus professores à época, haja vista o isolamento social, no ano de 2020. Nesse contexto, a carta foi/é um caminho possível de estabelecer comunicação nesses espaços de diálogo limitado, proporcionando entender a ausência dos esportes, da falta de recursos tecnológicos e digitais na unidade, a importância da família e dos professores, das incertezas do porvir dos socioeducandos.

Palavras-chave: socioeducação; pandemia; escola.

* Doutorando e mestre em Ensino (PosEnsino). Professor da Educação Básica (SEEC) e da Universidade Paulista (UNIP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente (GEFOR/UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6136-3727>. Correio eletrônico: ronneyareillen@gmail.com.

** Mestre em Ensino (PosEnsino). Professor da Educação Básica (SEEC). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente (GEFOR/UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1795-7576>. Correio eletrônico: nascimento.a.a.b@gmail.com.

*** Doutor em Educação pela UECE. Professor Adjunto da UFERSA. Docente Permanente do PosEnsino. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente (GEFOR/UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3988-3915>. Correio eletrônico: emerson.medeiros@ufersa.edu.br.

**CONFINED VOICES AND FREED DREAMS:
EDUCATIONAL NARRATIVES IN LETTERS FROM ADOLESCENTS IN SOCIO-
EDUCATIONAL DETENTION**

ABSTRACT

This paper analyzes the narratives written in letters by adolescents in conflict with the law, subject to socio-educational measures of internment in the context of spatial and temporal deprivation of liberty and the covid-19 pandemic. Located in the Mossoró city, Rio Grande do Norte (RN), Brazil, at the Socio-Educational Care Center, one of the institutions the Socio-Educational Care Foundation of RN, the socio-educational students were asked to write letters which were among the few permissible means of communication with their teachers at the time, due to the social isolation measures in 2020. In this context, the letter was possible way to establish communication in these spaces of limited dialogue, providing an understanding of the absence of sports, the lack of technological and digital resources in the unit, the importance of family and teachers, and the uncertainties surrounding the future of these socio-educational students.

Keywords: *socio-education; pandemic; school.*

**VOCES CONFINADAS, SUEÑOS LIBRES:
NARRATIVAS ESCOLARES EN CARTAS DE JÓVENES EN MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNACIÓN**

RESUMEN

Esto artículo analiza las narrativas escritas en cartas por jóvenes en conflicto con la ley, condicionados al cumplimiento de medidas socioeducativas de internación en la conjetura de espacio-tiempo de privación de libertad y de la pandemia provocadas por la covid-19. Asignados en la ciudad de Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil, en el Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), una de las instituciones de Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDADE) del RN, fue propuesto a los socioeducandos la construcción de cartas como uno

de los unicos medios de comunicaci3n admisible para hacer contacto com sus maestros de 3poca, en vista el aislamiento social, en el a3o de 2020. En este contexto, la carta fue/eres uno camino posible de establecer comunicaciones en esos espacios de di3logo limitado, proporcionando comprender la ausencia de los deportes, de la falta de desarrollo tecnol3gico y digitales en la unidad, la importancia de la familia y de los maestros, de las inseguridad del porvenir de los socioeducandos.

Palabras clave: *socioeducaci3n; pandemia; escuela.*

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do SARS-CoV-2 provocou transforma33es estruturantes na sociedade. Embora cinco anos ap3s o in3cio de uma das maiores crises sanit3rias de todos os tempos, ainda 3 conveniente refletirmos acerca de situa33es e momentos que atravessaram e moldaram o sujeito e o senso da coletividade humana. Com efeito, pretendemos analisar as narrativas escritas em cartas por adolescentes em conflito com a lei, condicionados ao cumprimento de medida socioeducativa de internaci3n na conjectura de espa3o-tempo da pandemia da covid-19.

As cartas supracitadas s3o documentos constru3dos por adolescentes no contexto da educa3o escolar em sistema de priva3o de liberdade (socioeducativo) e endere3adas aos professores que os assistiam 3 3poca (ano de 2020), alunos dos quais tiveram interrompido o acesso 3 escolariza3o ap3s a eclos3o pand3mica. Em verdade, n3o somente eles tiveram essa ruptura escolar, todo o pa3s enfrentou paralisa3o e, posteriormente, reestrutura3o no sistema de ensino formal. Entretanto, neste caso espec3fico, s3o sujeitos que j3 enfrentavam um tipo de isolamento e, de maneira rigorosa, sentiram a potencializa3o do distanciamento do conv3vio social, familiar, comunit3rio e educacional.

De antem3o, pretendemos situar os leitores de duas proposi33es e intencionalidades na constru3o deste artigo: primeiramente, elucidamos a op3o de analisar esses escritos cinco anos ap3s a sua produ3o no intuito de compreender, ap3s o “retorno 3 normalidade”, o impacto geracional de comunica3o entre os professores e os alunos em contexto de priva3o de liberdade e isolamento social pand3mico, uma vez que fazemos parte de uma sociedade informatizada e da Tecnologia da Informa3o e Comunica3o (TIC); em segunda disposi3o, queremos empreender, mais uma vez, a reverbera3o, reflex3o e difus3o do debate da escola e as dimens3es educativas e pedag3gicas as quais se materializam no sistema socioeducativo

(como educação formal e informal), haja vista a escassez epistemológica, acadêmica e social acerca desses alunos, acarretando a invisibilidade e intensificação da marginalização social.

Acerca do atendimento socioeducativo nos Estados, o do Rio Grande do Norte (RN), de maneira descentralizada, é assistido pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundase). Dentre as cidades que possuem unidades socioeducativas estão Natal (capital do Estado), Caicó e Mossoró, esta, detendo a instituição a qual analisaremos as cartas dos estudantes - *locus* -, o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE/Mossoró), unidade de atendimento socioeducativo de internação do sexo masculino.

Em termos da escolarização formal, é realizada pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos Alfredo Simonetti (CEJA), no amparo do princípio de incompletude institucional que permite o trabalho intersetorial de redes de atendimentos, ofertas e acessos a direitos fundamentais como saúde, assistência social e jurídica e, no caso do CEJA, à Educação.

Na tentativa de colaborar para o entendimento da discussão que está nesse manuscrito, o texto está dissolvido em mais duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos nosso percurso metodológico e o contexto da produção das cartas, pormenorizando os aspectos que perpassaram as narrativas construídas como único meio de comunicação dos alunos com os professores; e, sequente, na segunda seção, realizamos a apresentação e análise das cartas por meio de um olhar sensível ao tempo-espço e conjuntura nas quais foram escritas, notando, também, que o isolamento potencializado pela pandemia demonstra a necessidade de educação escolar humana nas práticas educativas e formação de sujeitos.

4

2 METODOLOGIA

No estado do Rio Grande do Norte, os adolescentes em conflito com a lei e que estão cumprindo medida socioeducativa são assistidos pela Fundase. A fundação é um ente da administração indireta do Governo do RN, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), responsável pela execução das medidas socioeducativas (em meio fechado) aplicadas aos adolescentes infratores de todo o Estado. Ao todo, são dez unidades que acompanham os adolescentes (provisório, internação e semiliberdade). Distribuídas da seguinte forma: quatro unidades de internação (CASE), três unidades de cumprimento de medida em semiliberdade (CASEMI) e três unidades de internação provisória (CASEP), responsáveis pelo pronto atendimento dos adolescentes.

A unidade socioeducativa da qual extraímos o material documental para análise dos dados é o CASE – *locus* da pesquisa – localizado na cidade de Mossoró (RN). É responsável por atender adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa unicamente de internação em Mossoró (RN), e cidades circunvizinhas. Assiste somente adolescentes do sexo masculino, com capacidade máxima de 48 internos e idade entre doze a dezoito anos. Em termos da educação formal (escolar), a Fundase não possui autonomia para execução dessa prática (princípio da incompletude institucional), desse modo, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) é ofertada à modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio do CEJA.

No ano de 2020, início da pandemia da covid-19, a unidade contava com 48 adolescentes (capacidade máxima), porém, nem todos estavam matriculados administrativamente no CEJA. Mesmo assim, a instituição resolveu assistir um número maior de internos, haja vista a complexidade inicial do momento pandêmico. De modo efetivo, a produção das cartas ocorrida nesse período é, também, o momento de produção de nossos dados analíticos, tendo os socioeducandos/alunos como sujeitos pesquisados e utilizando das cartas como narrativas e documentos de análise. Na seção seguinte, explicitaremos de forma pormenorizada.

Dada a pretensão demarcada no objetivo desta pesquisa, o trabalho em tela tem a abordagem qualitativa. Sua justificativa tanto se dá ao contato prolongado com o ambiente e os sujeitos pesquisados, quanto da análise que será desenvolvida de trechos das cartas, totalizando 23 narrativas. Diante do número vultoso, consideramos analisar trechos das cartas, pelo emprego de unidades de sentido e categorização dos conteúdos que afluíram.

Brevemente, também examinaremos a primeira carta enviada pelos professores, uma vez que foi esse instrumento que possibilitou o primeiro contato, a aula de gênero textual e, conseqüentemente, a construção das cartas pelos socioeducandos. Vale destacar que o acervo das cartas e imagens utilizadas no texto são parte do arquivo pessoal de um dos autores deste manuscrito e professor à época dos socioeducandos/alunos no período demarcado.

3 PALAVRAS QUE ROMPEM GRADES: NARRATIVAS EM CONFINAMENTO E CARTAS COMO MEIO PEDAGÓGICO-DIDÁTICO DE COMUNICAÇÃO

Em termos explicativos, consonante com Brandão (2007, p. 7), “[...] ninguém escapa da educação”, ela é inevitável. Com tal dimensionalidade, toma formas em ambientes formais (escolas, universidades, cursos técnicos) e não formais e informais (igrejas, sindicatos,

instituições, dentre outras). Assim, “a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração à outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (Brandão, 2007, p. 13).

Alguns desses espaços mencionados, formais ou não, não recebem reconhecimento como ambientes em que é desenvolvida a educação, já que culturalmente se reconhece um único ambiente propiciador e legitimado, a escola, lugar “[...] onde pendura alguma placa na porta com o seu nome” (Brandão, 2007, p. 16). Passível a esse desconhecimento do ambiente formal de educação é o espaço escolar do socioeducativo. Reges e Medeiros (2022), já nos alertam sobre a necessidade de pensar alinhado a esse âmbito da contemporaneidade, principalmente, sobre a atuação dos professores, aspecto que não se aparta da formação docente, que dado contexto formativo generalista (Pimenta *et al.*, 2017), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fragilizada pela redução nas matrizes dos cursos de licenciatura em pedagogia (Nascimento; Medeiros, 2024).

Desse modo, partindo da percepção de somar pesquisas que se debruçam sobre essa seara, reconhecendo não somente como *locus* propiciador e legitimado de educação formal, de investigação da prática docente, buscamos tecer discussões a respeito de trechos de 23 cartas construídas por sujeitos da educação escolar em sistema de privação de liberdade (socioeducativo), em período pandêmico. Desta feita, voltando-se aos professores e socioeducandos.

Nessa perspectiva, vale contextualizar que a partir da decretação oficial da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020, o CASE/Mossoró coadunado com o CEJA decretaram a suspensão total das aulas. Diante de um cenário de incertezas, foi preciso estabelecer novas estratégias que pudessem suprir a ausência física do professor e/ou a diminuição do número de aulas. Houve, assim, a adoção de medidas temporárias para a garantia de direitos, dentre eles àqueles destinados à oferta de educação escolar a adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação.

O cenário da pandemia e todas as alterações por ele trazidas evidenciou a urgência de readequar a escola. Apesar de vivermos em um mundo globalizado/conectado, há um agravante quando tratamos dos sistemas de privação de liberdade, a comunicação. Este, no cotidiano dessa realidade, é impossibilitado por diversas frentes e, desse modo, a pandemia acentuou o isolamento já enfrentado pelos socioeducandos, dificultando o contato professor-aluno e, à vista disso, a prática escolar, mesmo que de forma virtual.

Levando em conta essa dificuldade, um dos meios possíveis ao CEJA de iniciar contato com os alunos foi por intermédio de cartas, conforme o Regimento Interno da Fundase que regulamenta o funcionamento das Unidades Socioeducativas do Estado do RN, o Manual de Segurança (2019, p. 5) na subseção III do controle de comunicação destaca no Art. 15: “todas as cartas ou qualquer outra forma de escrito confeccionados pelos/as socioeducandos/as serão entregues à Equipe Técnica para providências cabíveis, efetuando-se registro no livro de ocorrências”. Nessa direção, a escola do CEJA identificou, em meio a tantas barreiras normativas, a possibilidade de estabelecer comunicação e viés pedagógico nesse primeiro momento e, por conseguinte, estreitar o distanciamento que a pandemia ocasionou.

À época, o CASE contava com cerca de 48 adolescentes na unidade (capacidade máxima) e com quatro professores cedidos pelo CEJA. Conquanto esse quantitativo de interno, o número de matriculados era inferior (há constante déficit de professores como também baixo efetivo de técnicos do próprio sistema socioeducativo que inviabiliza a ampliação da oferta), porém, a escola optou pelo atendimento de todos eles, tendo em vista o possível uso do material e a sensibilização com os que não a frequentavam.

Consideramos assertiva a posição da escola à luz desse cenário, sobretudo por ter se efetivado sob um olhar humanizado em detrimento de limitações burocráticas e administrativas, logo, assistir e oportunizar escolarmente a todos os internos mesmo que não estivessem matriculados e com prática interdisciplinar inicialmente incerta, retrata uma posição da escola democrática, acessível e permanente que tanto debatemos e idealizamos para construção de um mundo mais justo e humanizado (Freire, 1967). No intento de concatenar com as situações-limites em outro empreendimento sinalizadas por Freire (1970, p. 58), é por meio de ações críticas, transformadoras e humanizadoras que conseguimos superar barreiras que limitam a liberdade e a realização humana:

esta é a razão pela qual não são as “situações limites”, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a empenhar-se na superação das “situações-limites”.

Face ao exposto, é também nessa obra que Freire (1970) demarca a importância de se ter uma educação que caminhe junto com o amor e com a esperança. Esta, passível também de depreender ao associá-la como motor dessa superação, uma vez que, na ocasião do início da

pandemia, foi preciso abastecermos da esperança para superar as incertezas e intempéries que se avistara.

Retomando à análise, a possibilidade das cartas como meio pedagógico-didático e de comunicação, é algo que nos leva a refletir como condição impactante nesse processo. No desenrolar de um mundo globalizado, vivendo a era do avanço tecnológico e comunicativo é surpreendido por uma crise sanitária (também humanitária) que o coloca a desenvolver, em alguns contextos como o da População Privada de Liberdade (PPL), a comunicação por cartas, um dos meios mais antigos utilizados no mundo. Todavia, foi esse recurso que, primeiramente, possibilitou o contato da escola com os seus alunos/socioeducandos e só a partir dessa abertura, progredir outras práticas educativas que pudessem sanar a demanda escolar perante o momento.

De fato, as cartas já eram permitidas como meio de comunicação nas unidades socioeducativas do estado do RN, porém, devido às visitas semanais e as ligações telefônicas que já eram suficientes para manter contato mútuo com os familiares e constituir o elo de sociabilidade, os socioeducandos utilizavam com menor frequência. A pandemia retomou essa prática.

De pronto, a Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (SUEJA) e o CEJA, mediante as particularidades de acesso e restrição da unidade, designaram uma carta coletiva com intuito de amenizar as angústias dos alunos e de mostrarem-se presentes naquele enfrentamento de incertezas, portanto, estabelecendo o primeiro contato após a eclosão da pandemia. Vejamos:

8

Figura 1 – Primeira aula após início da pandemia (cartas)



Fonte: registrada pelos autores.

A utilização das cartas demonstrou estranheza e dúvidas no primeiro contato. Isso pode ser justificado pela ausência de proximidade com a tipologia de escrita e na própria construção no cotidiano, seja escolar ou não. Desse modo, em termos pedagógicos, avivou nos professores abordar a construção do tema como recurso didático e interdisciplinar em sala de aula. O registro¹ acima mostra a primeira aula e o planejamento interdisciplinar tematizados com a tipologia de cartas.

Nesse primeiro contato, além da carta coletiva da SUEJA endereçada aos socioeducandos, obtivemos acesso a outra carta elaborada também coletivamente pelos professores, somando-se quatro à época. Sequenciamos algumas sinalizações escritas que nos chamam atenção. Leiamos:

[...] em primeiro lugar, queremos expressar aqui a nossa alegria em poder fazer deste instrumento para nos comunicar, pois apesar de tantas tecnologias que temos, esta foi a alternativa que se mostrou mais viável dado o cenário de isolamento social em virtude da Pandemia da COVID-19 e as regras de segurança institucional (Trecho da carta dos professores aos socioeducandos, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Mas queremos principalmente dizer do quanto é significativo a relação professor-aluno, do quanto nos preocupamos com vocês... Sabemos que se para nós o isolamento social é angustiante, imaginamos como tem sido para vocês. [...] Sei que deve estar sendo muito difícil para vocês, pois se para nós que estamos aqui fora está sendo difícil ficar em casa imaginamos vocês que estão aí sem saber o que está acontecendo aqui fora, [...] sem comunicação mais expressiva, sem as nossas aulas (Trecho da carta dos professores aos socioeducandos, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Sei que vocês devem estar preocupados, pois ficamos bastante tempo sem dar notícias, como bem vocês sabem, o nosso último encontro foi dia 17 de março de 2020, e nesse período de quarentena ficamos sem se comunicar, pois acreditávamos que fosse uma coisa passageira (Trecho da carta dos professores aos socioeducandos, 2020, CASE/Mossoró).

É perceptível a surpresa e contento dos professores na utilização da carta como meio de retomar o contato com os alunos, conquanto não houvesse iminência sequer das aulas remotas síncronas. Além disso, nos impressiona a preocupação que demonstram com a tonificação do isolamento dos socioeducandos e o bem-estar dentro da unidade de privação de liberdade, alertando-os da necessidade em seguir os procedimentos e direcionamentos da OMS, assim como do replanejamento por intermédio do Plano Emergencial de Educação – elaborado provisoriamente pelas secretarias de educação.

¹ As figuras apresentadas no texto foram borradas. A intencionalidade é resguardar a identidade dos adolescentes/socioeducandos, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Direitos estes personalíssimos e arrolados na Constituição Federal de 1988.

Ainda no estudo da primeira carta enviada pelos professores, foi cabível perceber a ausência da escola, o amor por ensinar-aprender e a esperança em retornar. De certo modo, a carta tem viés de consolo, ambiguidade e insegurança, algo que consideramos compreensível na conjuntura espaço-tempo posta. Em verdade, os professores não são assépticos aos vieses descritos anteriormente, pelo contrário, isso mostra humanização, aproximação e relação horizontal, onde o professor se coloca em lugar de também ser frágil e sensível aos acontecimentos que possam surgir na sociedade contemporânea, assim como os alunos, não necessariamente deixando de ser ponto de segurança no papel transformador da e na educação escolar. Consoante a Freire (1996), não há docência sem discência (do-discência), a docência é relação mútua e de troca, não cabe hierarquização, sobreposição e verticalização - são as relações afetivas e amorosas que constituem a humanização.

Podemos notar essas sensações e sentidos subjetivos dos professores ao contemplarmos mais trechos das cartas nas narrativas seguintes.

[...] O ato de educar é sobretudo o ato de perceber a importância do outro em nossas vidas, é um exercício de amor e profissionalismo ético. Um professor sem alunos é comparado a um céu sem estrelas, um rio sem as suas águas, uma floresta sem árvores. [...] Mas nós como professores não podemos deixar que isso abale o nosso amor e prazer por ensinar. Então é necessário que tenham paciência, esperança e fé em Deus, que voltaremos à normalidade, onde poderemos abraçar os nossos entes queridos, os apertos de mãos juntos aos colegas (Trecho da carta dos professores aos socioeducandos, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Nos despedimos com carinho e fazendo um pedido, que não percam a humanidade, a capacidade de sonhar... pois se temos a certeza que não nos é possível voltar e mudar o passado, temos a possibilidade de mudar o futuro (Trecho da carta dos professores aos socioeducandos, 2020, CASE/Mossoró).

Ao nos remetermos às cartas narrativas dos adolescentes, se faz necessário, precedentemente, pontificar a logística estrutural, procedimental e de pessoal que propiciava a constituição dessa aula inicial. Nessas circunstâncias, os adolescentes eram acompanhados, presencialmente, pela equipe técnica da unidade (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e agentes socioeducativos), que visavam a garantia da segurança sanitária e física não somente dos alunos, mas de todos os profissionais que, naquele momento, eram imprescindíveis para execução da atividade educativa.

Dessarte, a escola se fazia presente, inicialmente, apenas por contato de cartas e material previamente elaborado, o contato simultâneo/*on-line* e a consolidação das aulas remotas só surgiram semanas depois, sobretudo pela falta de recursos e meios tecnológicos inexistentes na

unidade. Posterior a aula e apresentação das cartas coletivas da SUEJA e dos professores, os alunos tiveram que construir cartas-resposta endereçadas aos respectivos professores. É, então, desse material escrito, que extraímos as análises para a elaboração deste manuscrito.

De pronto, percebemos inúmeras possibilidades de problematização decorrente da escrita dessas 23 cartas. Como professores, poderíamos tecer discussões a respeito de questões normativas da língua portuguesa, ou da relação envolvendo a questão dos níveis de alfabetização, mas o que nos inquieta, enquanto pesquisadores, nos encaminha a outras questões (não mais ou menos importantes).

Analisando a tipologia textual em questão, percebemos que a ausência causada pela figura do professor lecionando em formato presencial atravessa esses socioeducandos. Por vezes é mencionada em seus escritos como almejavam que a rotina de aulas presenciais voltasse a acontecer, além do carinho e a importância dos docentes. Infelizmente, o contexto social que foi construído, a ação desses socioeducandos no mundo externo e o discurso hegemônico sobre os sujeitos, leva-nos enquanto sociedade a desumanizar por completo esse público, visto que sequer detemos de diretrizes curriculares, seja a nível estadual ou de país, especificamente à População Privada de Liberdade (PPL) - sistemas socioeducativos e prisionais.

Conforme esses aspectos, vejamos dois trechos retirados das cartas que mencionam a ausência das aulas e dos professores no CASE²:

[...] estou no CASE/Mossoró, longe de casa e da família. É triste. Penso em não voltar mais para cá nunca mais [...]. Espero que esteja tudo bem. Te espero na sala de aula. O que está achando das aulas a distância? Eu prefiro presencial. Espero que tudo volte ao normal. Um forte abraço (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Querida professora, neste momento de Pandemia nós estamos muito ansiosos para que comecem as aulas para voltar tudo ao normal (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Eu queria que voltasse as aulas, pois eu estou sentindo falta. Com as aulas, eu aprendo [...]. Hoje, estou me sentindo melhor, pois a cada dia fica mais perto da liberdade [...]. Quando sair, quero continuar os estudos para trabalhar e ajudar a família. Espero que as aulas voltem logo (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

Embora a pouca habilidade com a escrita, as narrativas trazidas surpreendem e revelam a solidão de sujeitos que se encontravam isolados/incomunicáveis imersos na própria privação

² Fizemos correções de linguagem nos registros dos socioeducandos, intencionando seguir a norma culta da língua portuguesa, porém, não fizemos nada que alterasse o sentido das narrativas.

de liberdade. No primeiro trecho, é enfatizada a tristeza por estar distante da família e o propósito de não retornar à unidade de internação, além disso, demonstra empatia ao preocupar-se com o bem-estar da professora e a preferência pela aula presencial.

Tal aspecto também se fez presente nos escritos de outros socioeducandos. De fato, em consonância com Julião (2016), a escola e os professores representam uma relação significativa não só do processo ensino-aprendizagem, mas nas relações interpessoais de humanização, das quais ancoram-se no afeto e acolhimento que o ambiente pedagógico apresenta e destoa da estrutura carcerária vigente. Freire (1996) afere o ambiente escolar como um lugar de troca. Dito isto, o professor aprende com o aluno tanto quanto ensina e ela [a escola] precisa ser um espaço de integridade entre o que se ensina e o que se pratica.

Convergiendo com esses apontamentos, a segunda e terceira narrativas também clamam pelo retorno das aulas, contudo, a última narrativa vai além ao dizer o quanto aprendeu e que pretende dar continuidade quando conseguir a liberdade. Esta, também é palavra recorrente nas cartas e tem um simbolismo significativo, pois, em todo tempo de reclusão sob custódia do Estado, a objetividade final é a da liberdade – por vezes ditas pela expressão “lili vai cantar” (a liberdade vai chegar) (Reges, 2024).

Os trechos retratam sensações entristecedoras também. Embora muitos cheguem às unidades com defasagem escolar, quando se trata de cumprimento de medida socioeducativa de internação, é a escola que se torna uma das ferramentas importantes do processo de ressocialização e, no cotidiano dos internos, da humanização em meio a espaços com características repressivas e punitivas. Reges (2024), ancorado em Onofre (2011), ratifica essa informação quando alude sobre o espaço escolar dentro do sistema socioeducativo.

Espaço escolar, um dos únicos ambientes dentro das unidades que os sujeitos privados podem buscar o diálogo, desse modo, a escola é tida como um lugar de humanização e reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Além disso, [...] é nesse espaço onde se tem a possibilidade da reconstrução da sua história, enxergando a escola como lugar, também, de aprendizagem. Ao nosso olhar, ela se materializa dentro da unidade, para o socioeducando, como um espaço díspar e que vai de encontro a um ambiente de repressão e tensão, culminando em um certo conforto e ‘esquecimento’ da atual condição e situação nas quais estão imersos (Reges, 2024, p. 129).

Acerca desse ponto, recorreremos, também, a Andriola (2013), ao acreditar que a elevação do nível de escolaridade de privados de liberdade é um dos fatores imprescindíveis para mudar a realidade social e oportunizar, inclusive, a inserção no mercado de trabalho. Nessa

perspectiva, observamos que muitos dos apenados retratam na sua escrita a vontade de aprender a ler e a escrever. Vejamos:

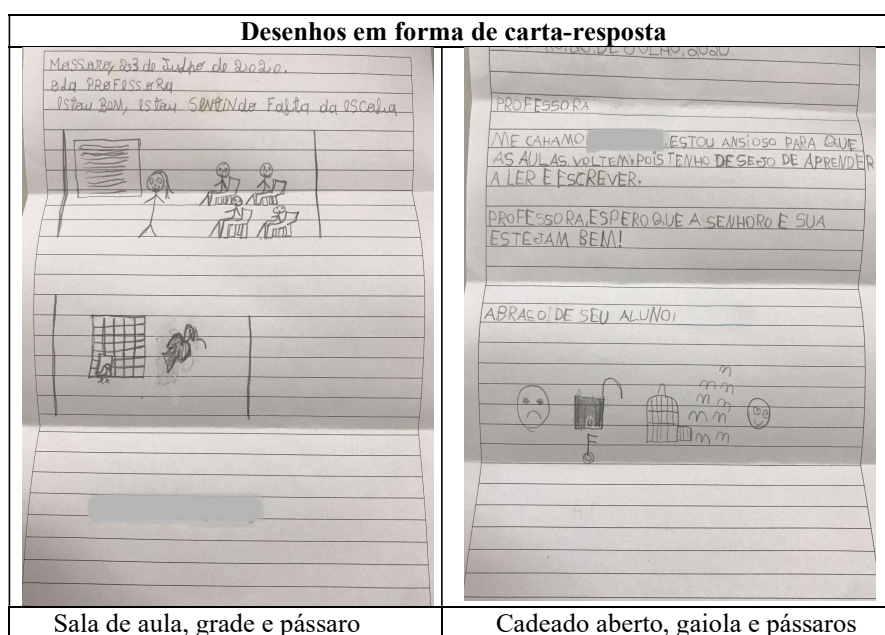
oi, professora. Estou ansioso para que as aulas voltem, pois tenho desejo de aprender a ler e a escrever. Espero que a senhora e sua família estejam bem (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

Bom dia! Gostaria que soubesse que estou ansioso para a volta das aulas, principalmente porque tenho vontade de aprender a ler e a escrever (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

A despeito de estarmos diretamente dialogando sobre questões outras dos socioeducandos, é necessário destacar que a taxa de analfabetismo no Brasil ainda continua elevada e atinge diretamente esse público. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5,4% da população são analfabetos e, complementar a esse dado, em recente matéria publicada pelo Jornal Nacional no dia 5 de maio de 2025, destaca que aproximadamente 30% das pessoas de 15 a 64 anos (contemplando 2,5 mil brasileiros, no ano de 2024) são considerados analfabetos funcionais (Jornal Nacional, 2025), vale destacar que entre estes aparecem jovens de 15 e 29 anos, em que a porcentagem vem aumentando de 2018 até 2024.

Esses dados só reforçam a desigualdade e os relatos da evasão de alguns estudantes que reiteram a carência da leitura e da escrita, além das suas evasões da escola regular no sexto ou sétimo ano. Tomando nota dos aspectos supracitados, alguns alunos/socioeducandos não alfabetizados utilizaram-se de desenhos para construir a carta, como mostra a figura que segue:

Figura 2 – Cartas de alunos não alfabetizados (desenhos)



Fonte: arquivo pessoal de um dos autores (2020).

Segundo Reges (2024, p. 148), nos espaços de atendimento socioeducativo, a “[...] relação com a escola em alguns casos é quase inexistente até a chegada ao sistema, o quantitativo de defasagem idade/série e déficit é expressivo, inclusive, em sua própria base da educação elementar – ler, escrever e contar”, o que justifica o apelo dos socioeducandos nas narrativas por aulas com foco na alfabetização. Devemos tomar cuidado e não generalizar um perfil homogêneo do alunado do CEJA/CASE ou de privados de liberdade de maneira geral, no entanto, as questões condicionantes de exclusão social e falta de acesso a direitos fundamentais e políticas públicas, em especial à educação, corroboram para tal constatação.

Face ao exposto, a figura dois ainda exprime o quão os adolescentes lidam com a relação escola e liberdade. É perceptível constatar nos desenhos elementos que remetem a liberdade dentro do espaço escolar e, por conseguinte, do sistema privativo de liberdade, a saber: grades e pássaros; cadeado e gaiolas abertas. Com efeito, a escola é um instrumento fundamental no processo de ressocialização e exerce importante papel na busca da liberdade e na contraposição dos marcadores sociais – trazê-los de volta à sociedade. Não obstante, é pertinente frisar que não estamos conferindo somente à escola esse papel, para que ela aconteça, efetivamente, é necessário que outras políticas públicas funcionem (assistência social, educacionais, de proteção à infância e adolescência etc.). Ela é um importante fator que contribui nesse processo de ressocialização, mas não deve ser tida como a única.

Outrossim, ainda sobre a figura dois, é interessante assinalarmos que os agentes educacionais envolvidos nessa conjuntura não tornaram o momento excludente aos adolescentes que não sabiam ler e/ou escrever, inversamente, aguçaram nos estudantes outras formas de construir suas narrativas (desenhos) dentro das limitações pertencentes a eles e que pudessem, assim, interligá-los aos professores.

No contínuo da análise, logramos notar que, em quase sua totalidade, os socioeducandos apontam a ausência de outras atividades na unidade para além da escola, acarretando a intensificação do isolamento e restrição já fortemente presente no cumprimento de medida de privação de liberdade. Observemos os seguintes relatos:

[...] Espero que as aulas voltem logo. Estou ansioso e triste ao mesmo tempo, pois fico muito preso sem sair para nada (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Eu aqui estou triste porque não está tendo esporte, aula, estou com saudade da visita, mas está tendo ligação, estou falando com minha família (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

No meio dessa pandemia as coisas estão muito difíceis para todo mundo aqui dentro, sem visita, o tempo que nós temos para falar com a nossa família, a maioria de nós estamos trancadas sem atividade. Algumas das vezes quem nos dava palavras de conforto eram os evangélicos, às vezes também nossa família, mas confiando em Deus vai dar certo (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

Como mencionado outrora, mais uma vez os relatos descritos referem-se à tristeza de estarem acometidos pela internação em um momento de crise sanitária mundial. Ainda que não deixem claro a dimensão do problema que estava por vir, é exequível vislumbrarmos as incertezas e medos do tempo presente e proposição de futuro. Ao mencionarem os “evangélicos”, os socioeducandos se referem à assistência religiosa que recebem na unidade por intermédio de trabalhos voluntários promovidos por igrejas da cidade de Mossoró (RN), sem distinção ou restrição de religião. Em acréscimo, é relatada a família, que à época da pandemia teve a suspensão das visitas, ocorridas semanalmente. Diante dos relatos, a família se constituía como uma das maiores ausências e saudades sentidas por eles.

Nos relatos é passível extrair, ainda, a clara indignação da paralisação total das atividades pelos alunos, pois, malgrado estejam privados de liberdade, o Estado deve assegurar por garantia legal da Constituição Federal (CF/1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE/2012), os direitos fundamentais a esses cidadãos, sem discriminação de condição atual. Nesse sentido, a saúde, a educação e a assistência social, pedagógica e jurídica são direitos inalienáveis nos sistemas socioeducativos. Nessa ótica de atendimento, há ênfase para o respeito à diversidade, documentação pessoal, inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, assistência social, convivência com a família, acesso ao sistema de justiça, atenção integral à saúde do aluno etc.

Com outras menções, eles narraram:

quando vamos voltar a estudar? Aqui não tem nada para distrair a mente, não estou saindo para nada. Não está tendo visita por causa da doença, só falo com minha família por telefone. Só estou tendo notícia ruim, e nada de melhora. Não está tendo audiência com a Dra. [juíza] e as avaliações estão atrasando. Eu estou ansioso por essa resposta. Venha logo, nós estamos precisando de você. Espero vê-la em breve. Sinto sua falta, das nossas aulas, porque gostava muito e se acordava para suas aulas (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró, grifo nosso).

Por conta dessa pandemia aqui na unidade está chato. Esporte foi suspenso, mas está sendo bom para refletir o erro que eu fiz. Na unidade está tendo poucas atividades, mas em nome do senhor Jesus vai melhorar tudo antes que vá embora. Tomara que chegamos a se conhecer, aprender mais com o senhor (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

As atividades das áreas demarcadas acima fazem parte da rotina da unidade, as quais precisaram ser interrompidas. Dentre elas estão, para além das aulas, as atividades de educação física (esporte), bastante mencionadas por eles, a exemplo: “jogar bola” – o futebol/futsal. O esporte é uma ferramenta trabalhada desde a dimensão mental até a descarga de energia corporal. Ela está incluída como disciplina de educação formal por meio do CEJA que fornece professores da área para assistir os adolescentes. A unidade do CASE/Mossoró detém de quadra poliesportiva nas suas dependências, algo que favorece o trabalho com a educação física.

Afora a estrutura esportiva, é válido notabilizar a estrutura física da escola, a qual faz parte da unidade. Esta, segue às normas de segurança da própria fundação (Fundase), não sendo, necessariamente, padronizada em todas as quatro unidades de internação do estado do RN (CASE). A instituição não possui muitos elementos de segurança que a descaracterize (a própria sala de aula não possui uma grade separando os alunos dos professores, como no sistema prisional), porém, ainda assim é possível observar detalhes que diferem de estruturas de escolas convencionais, como a própria organização das aulas (Reges, 2024).

Outro ponto valioso nos trechos escritos é a forma pela qual os alunos reportam-se aos professores, arriscamos, inclusive, a avistar os sentidos semelhantes ao demarcado pelas famílias. As narrativas próximas corroboram os sentimentos afetuosos:

[...] fico aguardando com fé que vamos nos rever. [...] tenho muita fé em Deus que vai dar tudo certo. Peço todos os dias a Deus na minha oração que volte tudo ao normal. Espero que logo, logo vamos nos reencontrar (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Antes de ir para casa ainda vou ter uma aula da senhora, se deus quiser, fique com Deus professora, só leia o salmo 40, esperei com paciência no senhor, vai dar certo (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Eu fico só pensando em você que é meu professor porque eu quero sair daqui como outra pessoa. Que Deus te abençoe (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Mal vejo a hora de nos encontrar para poder apertar as mãos e dar um abraço e saber como foi seus dias nesse momento (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Espero que essa Pandemia passe logo para voltar a ter aula com o senhor e consiga concluir meus estudos (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

[...] Sinto muito a sua falta. Queria voltar a ver a senhora. [...] Hoje estou me sentindo feliz por estar escrevendo essa carta para você. Espero vê-la em breve (Trecho da carta de um adolescente privado de liberdade, 2020, CASE/Mossoró).

Os trechos são carregados de sensações e sentidos que os portam naquele momento. Dentre elas, são expressas a necessidade e ausência que sentem ao destacar “nós estamos precisando de vocês”, “sinto sua falta, das nossas aulas”, “fico só pensando em você” e “mal vejo a hora de nos encontrar para poder apertar as mãos e dar um abraço”. Em averiguação, são falas inquietantes pensadas do ponto de vista de meninos que em meio ao isolamento da medida socioeducativa precisaram lidar com a solidão das relações humanas, mormente a familiar e dos professores no ambiente escolar.

É a partir desse lugar que refletimos a importância da escola e do professor independentemente da conjuntura e do tempo-espaço que o mundo enfrenta. Nesse caso em específico, potencializou o isolamento e diminuiu as relações, em todas as dimensões. É, assim, que percebemos essas narrativas tão potentes para embasar a defesa da Educação e, em especial, a escola, como espaço de formação humana acima da formação curricular/conteudista e eminentemente para habilidades da lógica capitalista de educação. Não à toa, inúmeras vezes foram ditas a palavra “ansioso” nas narrativas e, conquanto estejam privados de liberdade e dispunham de diversos marcadores e determinantes sociais, esses jovens e suas famílias não estavam preparados, minimamente, para vivenciar uma crise sanitária (também humanitária), que atingiu a todos, mas de formas diferentes, em um contexto de desumanização como o de situação de privação de liberdade.

Portanto, escancara nossa impotência e negligência, enquanto sociedade e Estado, em especial, na oferta e qualidade de direitos básicos, como o acesso e permanência à escola, arrolados e garantidos pela Carta Magna (Constituição Federal de 1988) e reafirmados na lei máxima da educação, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996).

4 CONCLUSÃO

Face ao expressivo número de narrativas (23 cartas), não é possível atingir a completude da análise somente neste artigo, uma vez que as problemáticas e sentimentos que eclodiram resultam em debates com potencialidades de outras reflexões. No entanto, os trechos inseridos comungam para inquietações acerca da educação escolar dos socioeducandos em contexto

pandêmico, que nos encaminham a perceber os desafios do isolamento, da ausência dos esportes, da falta de recursos tecnológicos e digitais na unidade, a importância da família e dos professores, das incertezas do porvir e, sobretudo, das formações e relações humanas, dialógicas e de liberdade que se constituem em ambientes escolares, independentemente de serem convencionais ou não, como o sistema socioeducativo.

É a partir dessas reflexões que validamos a relevância sobre o papel da escola e seus profissionais na formação humana dos sujeitos em qualquer contexto local e nacional, bem como de tempo. Em termos críticos, a pandemia da covid-19 escancarou, grosso modo, nossa incapacidade enquanto sociedade e Estado de ofertar direitos fundamentais básicos e que acreditávamos ter sido superada outrora, como o acesso e permanência à educação (escola).

Outra reflexão viável é que embora o avanço científico, inclusive com a chegada da Inteligência Artificial (IA) nos últimos anos, o professor ocupa um lugar insubstituível na educação formal e na formação dos educandos. O professor e o lugar de formação continua insubstituível no processo de formação de sujeitos críticos, pensantes e autônomos. Ademais, consideramos que materiais didáticos como cartas, potencializam e possibilitam a comunicação entre docentes e educandos para um processo de ensino-aprendizagem mais humano, precipuamente, nesses espaços de diálogo limitado e de sobreposição.

À guisa de conclusão, aferimos que não sabemos o destino dos adolescentes/alunos dos quais analisamos suas sensações expressas textualmente àquela época nas cartas, porém, acreditamos (e desejamos que eles soubessem) que suas narrativas não foram “palavras ao vento” ou descartadas, elas foram documentadas, lidas, analisadas e transformadas em reflexões e inquietações que poderão possibilitar no futuro, talvez, uma melhor educação nos espaços de privação de liberdade socioeducativo do país. Em linhas conclusivas, este texto evidencia a reflexão de que coadunado das habilidades e dos conteúdos curriculares, devemos pensar, também, uma escola que forme sujeitos (alunos) sensíveis e em sua completude humana, dialógica e de liberdade.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30710>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Assembleia Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº. 9.394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera outras disposições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 2, 19 jan. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

JORNAL NACIONAL. Analfabetismo funcional: quase 30% dos brasileiros têm dificuldade para ler textos básicos ou fazer contas. **Jornal Nacional**, 5 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/video/quase-30-dos-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-mostra-pesquisa-13571998.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2025.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, 2016.

NASCIMENTO, Antonio Anderson Brito do; MEDEIROS, Emerson Augusto de. **Formação de professores polivalentes no curso de pedagogia: entre velhas e novas questões**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2024.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. O exercício da docência em espaços de privação de liberdade. **Revista Comunicações**, Piracicaba, v. 18, n. 2, p. 37-46, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/161>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi; PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; PINTO, Umberto de Andrade. Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 15-30, 2017.

REGES, Areillen Ronney Rocha; MEDEIROS, Emerson Augusto de. Ensinar e aprender em contextos de privação de liberdade e isolamento social: uma experiência com socioeducandos do CASE, Mossoró – RN. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, e022014, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/17462>. Acesso em: 6 maio 2025.

REGES, Areillen Ronney Rocha. **Narrativas de professores de ciências humanas do CASE, Mossoró – RN: ensino-aprendizagem para a ressocialização de adolescentes privados de liberdade**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria n. 249/2019-GP, 18 de dezembro de 2019**. Manual de Segurança da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE). Natal: FUNDASE, 2019.

Recebido em: 22 jun. 2025.

Aceito em: 13 set. 2025.